

CARTA DE CALDAS NOVAS – GOIÁS

A União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, no XVII Encontro Nacional, realizado nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2007, em Caldas Novas, Estado de Goiás, com o tema “Qualidade Social na Educação: Compromisso e Responsabilidade de Todos” vem reafirmar sua posição na defesa de uma educação verdadeiramente pensada na sua função social, que dê conta da grande diversidade existente em nosso país e, neste contexto, amplie sua discussão, contemplando o aprofundamento dos eixos temáticos para a Conferência Nacional de Educação Básica, propondo que realmente se faça uma grande mobilização pela qualidade e valorização da educação.

Diante destas prerrogativas, a UNCME defende as seguintes metas:

- Democratização e Qualidade Social na Educação:
 - A promoção e estimulação da gestão democrática como um componente indissociável do próprio projeto de sociedade.
 - A democratização dos Sistemas de Ensino, que pressupõe uma sólida estrutura dos órgãos que os compõem, no campo político, administrativo e financeiro, para que, com autonomia e legitimidade, se construam ações efetivas para a qualidade social da educação.
 - O fortalecimento dos CMEs como órgãos de estado, contribuindo com a formulação e assegurando a continuidade das políticas públicas.
 - CMEs, órgãos de representação e referência, com conhecimento da conjuntura econômica, social e política, preparados frente aos desafios que emergem da sociedade.
 - Um perfil histórico de formação no contexto educacional para os dirigentes municipais de educação.
 - Reafirmar o posicionamento da UNCME de que a presidência dos Conselhos Municipais de Educação não seja exercida pelos Dirigentes Municipais de Educação.
 - Que a UNCME faça gestão para que o MEC/COED e UNCME realize em parceria um programa de formação para os Conselhos Municipais, ONGs, CMDCA, Conselhos tutelares, Poder Público para a discussão da normatização, regulamentação e financiamento da educação infantil – creche e pré-escola, e que isso ocorra logo após a Conferência Nacional em abril, devendo ocorrer por regiões brasileiras.
 - Que os Conselhos Municipais de Educação, além da UNCME, tenham participação nas conferências estaduais e nacionais, com direito a participar deste processo desde o início até a instalação das Conferências Estaduais e Nacional.
 - Buscar junto MEC, uma definição de prazo limite para inclusão das instituições conveniadas no repasse dos recursos do FUNDEB.
 - Articular e mobilizar os CMEs para reivindicar a normatização da Educação Infantil hoje realizada pelo CEE, com vistas ao estabelecimento de diretrizes para os municípios integrados ao Sistema Estadual de Ensino.
 - Requerer uma pauta no Fórum dos Conselhos Estaduais para discutir um

- regime de colaboração no processo de elaboração de normativas que definam questões afins.
- Buscar participação dos conselhos na deliberação sobre conveniamentos em seus respectivos sistemas.
- Sistema Nacional Articulado de Educação:
 - A organização da Educação Nacional, que precede a existência de um Sistema Nacional de Educação articulador, coordenador e integrador de políticas públicas de educação, a fim de superar a educação fragmentada, setORIZADA e desarticulada no país.
 - A instituição deste Sistema, que implica em estabelecer um padrão de qualidade, com estruturas democráticas de gestão, de planejamento e de avaliação consubstanciadas no controle social de qualidade das ações do Estado.
 - Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação:
 - A defesa da **imediateza efetivação** e **regulamentação** do regime de colaboração entre os entes federados, previsto na Constituição Federal, estabelecendo um entendimento de direito à educação gratuita e de qualidade social em todas as esferas administrativas, com garantia das devidas condições.
 - Que a organização deste regime de colaboração dos Sistemas de Ensino, pela sua capacidade normativa, própria e autônoma mantenha a unidade da regulamentação da educação nacional, estadual e municipal.
 - Entendendo que a valorização e a qualificação da educação implicam, incisivamente, na ampliação do seu financiamento e que a implantação do FUNDEB representa mais um avanço na estratégia de colaboração inter-governamental para a garantia dos direitos à educação, a UNCME reafirma a necessidade de reivindicar a ampliação do percentual do PIB e a manutenção da vinculação de receitas à educação.
 - O fortalecimento nacional e estadual da parceria UNCME e UNDIME com vistas a criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação.
 - Inclusão e Diversidade na Educação Básica:
 - Reafirmar que a educação para todos deve, além do acesso, garantir a permanência e o sucesso, implicando em um ensino que contemple as diversidades individuais, tornando-se cada vez mais democrático a todos os estudantes. Para tanto, são fundamentais políticas públicas comprometidas com a qualidade de ensino, que rejeitem a exclusão e promovam a aprendizagem, garantindo contextos educacionais inclusivos.
 - Fortalecer o reconhecimento das diversidades democraticamente apontando para a necessidade de embate contra as desigualdades sócio-econômicas, incluindo os estudantes com necessidades educacionais especiais na sociedade promovendo a aprendizagem, garantindo projetos educacionais inclusivos.

- Articular sistematicamente ações conjuntas (políticas públicas), junto as áreas sociais: saúde, trabalho, esporte e cultura buscando incluir os estudantes com necessidades especiais na sociedade.

- Formação e Valorização Profissional:
 - A formação e valorização profissional, não apenas com legislação, mas com medidas de curto, médio e longo prazo, a fim de reverter o quadro que hoje se apresenta.
 - Que se efetive a construção de uma política de valorização que pode e deve ser mais perene que os governos e mais forte que os interesses políticos particulares, equacionando e encontrando caminhos de solução, através de estratégias viáveis, dos pontos de vista pedagógico, administrativo e financeiro. Nesta perspectiva é fundamental uma articulação que resgate iniciativas e proposições de políticas para superar esta realidade, promovendo a formação e valorizando de todos os profissionais da educação, ressaltando a importância da participação dos profissionais da educação articulados, não somente em nome de suas reivindicações corporativas, mas pela viabilização de uma educação de qualidade para todos.
 - Firmar ma política de valorização dos profissionais nas bases municipais através de apoio administrativo e financeiro incentivando a formação continuada dentro das políticas publicas nacionais a fim de concretizar qualidade social do ensino público.

Anexos:

1 - Moção de apoio de Valparaíso de Goiás relativo ao jeton dos Conselheiros Municipais de Educação.

2 – Moção de repúdio do CME de Guarulhos sobre a arbitrariedade e autoritarismo da Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos.

Caldas Novas, 07 de novembro de 2007.